

Política

CONSTITUINTE

A Assembléa Nacional Constituinte continua as votações do Título V, relativo a tributos. Amanhã deve cair o adicional de Imposto de Renda que poderia ser cobrado pelos estados. Mas isso depende da aprovação de outra emenda defendida por nortistas e nordestinos.

Uma semana de muita negociação

Constituinte paulista se prepara

Com um sistema de computadores, um anteprojeto de regimento interno e um texto básico em estudos, a Assembléa Legislativa de São Paulo se prepara para redigir a nova Constituição do Estado. A partir do momento em que a nova Constituição Federal for promulgada, as assembleias legislativas terão dez dias de prazo para iniciar os trabalhos de adaptação das constituições estaduais e seis meses para a conclusão.

senador Fernando Henrique Cardoso, em recente seminário sobre "A Nova Constituição e as constituições Estaduais", em Brasília, poderá reduzir ou eliminar esses conflitos. Ele sugeriu que as constituições estaduais só comecem a ser redigidas em janeiro, para evitar as dificuldades que as eleições municipais poderão causar às assembleias legislativas.

O deputado Luís Carlos Santos, do PMDB, presidente do grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto de regimento interno da Constituinte Estadual, enxerga ainda outra vantagem na proposta de Fernando Henrique. "Em janeiro, as leis complementares da Constituição Federal devem ter sido elaboradas na sua maior parte. E como as leis complementares estão acima da Constituição Estadual nosso trabalho será facilitado. O risco de revogar o texto constitucional do Estado, que acabou de ser feito, por causa de leis complementares posteriores será menor", imagina.

Além do anteprojeto de regimento preparado por Luís Carlos Santos e mais um grupo de deputados de todos os partidos, há um outro elaborado pelo PT. Os dois anteprojotos, e outros que surgirem, deverão ser votados e aprovados pelo plenário assim que os trabalhos constituintes começarem.

Os componentes do grupo interpartidário, porém, estão acompanhando tudo o que está sendo aprovado pela Assembléa Nacional Constituinte, visando elaborar um texto básico para a Constituição Estadual a ser discutido futuramente. Eles prevêem a formação de oito comissões temáticas para analisar esse texto básico e uma de sistematização para a redação final. A intenção, segundo Máximo e Santos, é perder menos tempo em discussões.

Por se tratar em grande parte de uma adaptação, as questões polêmicas deverão ser em menor número. "As constituições estaduais deverão obedecer os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, o que acaba reduzindo bastante a possibilidade de as assembleias criarem um novo Direito Constitucional Estadual", observa o presidente da Assembléa de São Paulo, Luís Máximo.

Mesmo assim haverá problemas de conflito entre a nova Carta Federal e as constituições estaduais em vigor. Um exemplo citado pelo deputado Luís Máximo: de acordo com a Constituição Federal em elaboração, um terço dos ministros do Tribunal de Contas da União deverão ser indicados pelo presidente da República, com a aprovação do Senado, e dois terços pelo Congresso Nacional. Mas a Constituição paulista em vigor dispõe que todos os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado deverão ser indicados pelo governador e aprovados pela Assembléa Legislativa. "É claro que a futura Constituição Estadual modificará essa norma adaptando-se ao estabelecido pela Constituição Federal. Mas enquanto ela estiver sendo elaborada um conselheiro do TCE pode se aposentar. Como preencher a vaga? Qual a orientação a seguir?" pergunta Máximo.

No entanto, uma proposta do



Ulysses prevê semana dura na Constituinte

Uma discussão que pode voltar: nova Mesa em São Paulo.

Prevê-se luta pela presidência dos trabalhos da Constituinte paulista

Quem presidirá os trabalhos constituintes da Assembléa Legislativa de São Paulo? A princípio, a própria Mesa da Assembléa, porque uma emenda do deputado federal Manoel Moreira ao texto da nova Constituição Federal, prevendo que as assembleias legislativas teriam uma segunda Mesa, eleita apenas para presidir os trabalhos da Constituinte, foi derrubada. Entretanto a discussão poderá reaparecer quando as constituições estaduais estiverem para começar a ser elaboradas. Em São Paulo comenta-se nos gabinetes da Assembléa que os partidos menores como o PT, o PDT e outros poderiam se empenhar para a eleição de uma Mesa exclusiva, porque ganhariam maior espaço político.

A Mesa da Assembléa Legislativa será também discutida e muito disputada, por outro moti-

vo. Daqui a um ano, ela será renovada. E quem presidir a Mesa (durante os dois próximos anos) poderá ocupar a cadeira do governador do Estado. Em 1990, se Orestes Quêrcia estiver desincompatibilizado do cargo para disputar a sucessão presidencial, e seu vice, Almino Affonso não assumir para disputar a eleição de governador, o ocupante do Palácio dos Bandeirantes será o presidente da Assembléa Legislativa. Mesmo sendo apenas uma conjectura, já que a situação política nacional (incluindo a duração do mandato de Sarney) não está definida, os políticos se animam. Mas se prevê também que qualquer candidato ao cargo, além de ter força na Assembléa para se eleger, terá que ter o apoio de Quêrcia, que irá precisar de um aliado incondicional no Poder Legislativo para se fortalecer como provável candidato a presidente.

A Assembléa Nacional Constituinte retoma seus trabalhos amanhã, a partir das 14h30, para prosseguir as votações do título V, relativo a tributos. O primeiro dispositivo a ser submetido ao plenário refere-se à criação, pelos estados, de um adicional do Imposto de Renda, mantido no texto do Centrão, mas que deve cair em virtude de acordo de lideranças.

A votação da emenda que suprime o dispositivo está condicionada à aprovação de uma outra, de interesse das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que reduz de dois terços para maioria absoluta o quórum do Senado para a fixação das alíquotas do ICM.

Na última sexta-feira, a sessão foi suspensa e a votação adiada diante da precariedade do quórum. As bancadas daquelas três regiões temiam o malogro do

acordo para rejeição do texto sobre o adicional do Imposto de Renda e a aprovação de um quórum mais reduzido para as alíquotas do ICM. Em consequência, seus integrantes deixaram o recinto ou optaram por não votar, para que amanhã as duas votações voltem, conjuntamente, a ser submetidas ao plenário.

Entre hoje e quinta-feira, é possível que se encerrem as votações do título V, incluindo a parte relativa à distribuição das receitas tributárias entre a União, os estados e os municípios.

Sábado e domingo

Para compensar a paralisação dos trabalhos nesse final de semana e no feriado de hoje, o presidente da Constituinte já convocou sessões para sábado e domingo próximos.

Lula ataca os ausentes do plenário: "bando de canalhas"

"Bando de canalhas." Essa foi a expressão usada pelo deputado petista Luís Inácio Lula da Silva, ao se referir aos parlamentares que participam da Assembléa Nacional Constituinte, durante a inauguração de uma escola de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores — CUT —, ontem em Santo André. Lula aproveitou a festa, regada a pinga, chope e churrasco, para fazer um discurso bastante inflamado, na condição de "o nosso candidato a presidente da República", como pregava o apresentador para as 500 pessoas presentes.

A irritação de Lula com os constituintes foi manifestada depois que o ex-líder sindical do ABC reclamou que após o início dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte não pôde mais comparecer às portas das fábricas para "falar aos companheiros". "Se eu faltava a algumas sessões, os meios de comunicação vão me colocar no mesmo balaio em que está esse bando de canalhas, que foram eleitos para fazer a nova Constituição e não aparecem por lá", esbravejou o deputado petista.

Lula disse que, apesar da minoria da esquerda na Constituinte — "apenas 103 votos, incluindo a esquerda do PMDB" —, os trabalhadores conseguiram alguns avanços, entre os quais a jornada de 44 horas, os 120 dias maternidade, os 8 dias paternidade e o direito de greve. "O meu medo é que quando começar o segundo turno nas votações, os empresários, que contam com mais de 400 votos, promovam corrupção e compra de votos para suprimir a nova Constituição as migalhas que conseguimos obter até agora", atacou o ex-presidente do PT.

Mas Luís Inácio Lula da Silva não poupou críticas também ao governo Sarney. Depois de pedir eleições diretas-já para presidente da República, concluiu que o "povo está de 'saco cheio' do Sarney", e referindo-se às passeatas estudantis contra o aumento das mensalidades, o deputado petista ironizou: "Até crianças de dez anos estão protestando contra o Sarney, o que prova que ele não tem condições de ser o presidente nem da Disneylândia, quanto mais de um país".

A semana constituinte não se completou por falta de quórum e somente amanhã reinicia seus trabalhos.

Embora curta foi, no entanto, uma semana cheia de notícias, comentários e intrigas.

A questão do período do mandato, mesmo com o artigo das Disposições Transitórias ainda dependendo de votação, e que deverá fixar o tempo administrativo do presidente José Sarney (quatro, cinco ou seis anos), perdeu para as articulações em torno do racha do PMDB, da emenda para que Ulysses seja escolhido indiretamente o vice-presidente de Sarney, a proposta de alteração das inelegibilidades para a Mesa da Câmara. A fim, de permitir a reeleição de seus atuais membros.

Mas a CPI da Corrupção não para e deve ouvir hoje o ex-ministro Dilson Funaro.

No cafezinho da Câmara, a discussão mais acesa era a proposta de CPI e de sua disposição de penetrar fundo o mar de lama generalizado.

Um parlamentar dizia-se desolado com essa corrupção generalizada. Citava exemplos fora da administração pública, para mostrar que a impunidade fazia escola. E referia-se a uma rede de falsificadores de atestados de idoneidade financeira que preocupava o comércio e os bancos e que, somente no Rio de Janeiro, fizera circular mais de 500 desses documentos no curso de um ano. Citava a fonte: o 7º Ofício de Registro de Distribuição no Rio, cujo titular não se cansava de determinar abertura de inquérito para responsabilizar os que falsificavam o papel, o carimbo e as assinaturas.

Outro mencionava um caso re-

cente de São Paulo, com escritório particular de fiscais da Fazenda Estadual, montado especialmente para forçar contribuintes a pagarem altas somas, evitando multas maiores, mantendo nesse escritório os livros apreendidos nas firmas e que deveriam permanecer na repartição.

E, para confirmar que o problema está generalizado, um parlamentar carioca contava a mais recente estória de marinhas, com um grupo que "naufregava" veleiros e outros barcos de procedência estrangeira e, depois, recebendo o seguro, maquiava as embarcações para vendê-las no próprio Rio de Janeiro, repintando-as e trocando de nome. E ainda ri ao contar que duas dessas embarcações passaram a denominar-se "Malandragem" e "Vida Mansa".

Alguém observou que os exemplos não andam longe da área política.

O deputado José Costa — que tem denunciado seguidamente os abusos do poder discricionário e o mau uso do dinheiro público, antes e depois da Nova República — ponderou que em quase todo o País, senão em todo ele, "política se faz com cacete ou com dinheiro", completando: "Quando nenhum dos dois resolve é porque a dose não foi suficiente".

É claro que o pensamento do deputado alagoano não implica que ele se integre entre os que assim agem ou mandam agir. Combativo e capaz, ele traduziu uma realidade e, por sinal, não é a primeira vez que o faz.

Afinal, chega outro constituinte com a mais recente frase do líder do governo, Carlos Sant'Anna: "Quem é fiel será prestigiado pelo governo", que é uma espécie de sal-

Freitas Nobre

As revelações do cafezinho

mo amenizado da frase franciscana consagrada no Planalto brasileiro por Cardoso Alves, com aquele "E dando que se recebe".

E como no cafezinho não devem faltar os exemplos concretos que em geral não são levados à tribuna da Câmara, um outro acrescenta que os que votaram nos cinco anos podem ser "prestigiados" como o deputado Renato Johnson que no mês passado tornou suas duas filhas concessionárias de uma emissora de rádio no município de Cândido de Abreu.

Nessa original ante-sala do plenário, que é bem próxima dele, os jornalistas obtêm alguns furos.

Trimestral só em maio

Assim, soubemos que a obrigação de apresentar a declaração dos rendimentos trimestrais ao Imposto de Renda, marcada para 29 de abril próximo, deverá ser prorrogada até o dia 16 de maio, uma segunda-feira. Quanto à URP para os aposentados e pensionistas, a informação é a de que este mês o reajuste deverá ser mantido, até porque os chamados inativos recebem com dois meses de atraso qualquer reajuste e a URP já estava programada para abril. Ademais, o governo não teria como explicar a facilidade de ser tão rápido quando se trata de um corte nos proventos. Observou-se, ainda, que os 60 dias de atraso no pagamento desses reajustes podem ser substituídos pela inclusão imediata das diferenças em folha, até porque assim se elimi-

nariam os carnes das diferenças que custam ao erário quase 1,5 bilhão de cruzados.

Mais ainda: chegava, novinha em folha, a informação que o deputado Ricardo Izar, eleito na chapa de José Maria Marin, estava fortalecendo o grupo de Antônio Ermírio de Moraes, levando mais três votos para a escolha da direção regional do PFL, onde a diferença no Diretório é apenas de um voto entre as duas facções.

A semana que se inicia promete uma movimentação mais intensa, pois estamos na votação dos dispositivos que interessam às finanças estaduais e municipais, assustando a União com a transferência de recursos sob a alegação de que não os acompanham as responsabilidades e os serviços correspondentes.

Como, porém, é sempre o aspecto político que predomina, a agitação vai acentuar-se na tentativa de

fazer de Ulysses um vice-presidente bônico com a emenda João Agripino, ou tentar torná-lo elegível, através da estranha proposta do deputado Genebaldo Correta que visa permitir a recondução do presidente da Câmara para o mesmo cargo e no mesmo período legislativo.

— É dose, é dose, arremata um outro, aliás, companheiro de Mesa de Ulysses, embora também beneficiado com o expediente da reeleição sem restrições!